

Universidade, Democracia e Segurança Pública

Recentemente aconteceu a etapa municipal e regional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) em Bauru. A UNESP de Marília, reafirmando um compromisso tácito com a democracia e com a segurança biopsicossocial dos brasileiros, contribuiu na construção de novos marcadores para as políticas de segurança pública, participando de uma história em formação com diversos atores sociais.

Estavam presentes no evento: 1 professora doutora da Comissão Estadual Organizadora, 7 alunos da pós-graduação em nível de doutorado e mestrado e 3 da graduação, pesquisadores do LEVS (Laboratório de Estudos da Violência e Segurança), do GUTO (Grupo de Pesquisa Gestão Urbana de Trabalho Organizado) e do OSP (Observatório de Segurança Pública) da UNESP de Marília, atuando como facilitadores e debatedores nos 7 eixos temáticos e grupos de trabalho. Avançando no debate proporcionado pelo acúmulo de experiências no âmbito das pesquisas e estudos, além de intermediar o processo de participação da sociedade civil.

A agenda política debatida entre setores do poder público, sociedade civil organizada e, especialmente, trabalhadores da área de segurança pública, enfatizou o novo paradigma da segurança com cidadania (PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Não obstante, a falta de divulgação para a sociedade impediu maior participação da população. Contudo, a universidade pode investir na instrumentalização dos atores sociais para a gestão democrática do país, além de reafirmar seus valores fundamentais na formação de especialistas no ensino e na pesquisa, difusão do conhecimento e extensão universitária com responsabilidade.

Um projeto democrático para a segurança pública é urgente no atual contexto, quando indicadores revelam altas taxas de homicídios no país (cerca de 48 mil mortes por ano segundo SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública), avanço da criminalidade, da corrupção e do descrédito público diante as intervenções das agências governamentais.

A esse cenário se soma a escalada significativa da violência urbana que redistribui desigualmente seus custos simbólicos e materiais, aprofundando a sensação de insegurança no cotidiano de todos brasileiros. A vitimização de amplos setores da sociedade expressa o abismo na garantia de direitos e impede a experiência integral da segurança.

A segurança no Brasil tem sido associada tradicionalmente à repressão policial. O paradigma penal tradicional brasileiro atualiza-se nas estratégias de controle do crime como a reatividade e repressão ao inimigo em potencial, resquícios dos regimes autoritários vivenciados recentemente em quase toda América Latina, que resulta na punição generalizada da supressão da liberdade somada as graves violações de direitos.

Como atestam estudos, pesquisas e indicadores lançados pelas universidades e demais agências sociais para avaliar o nosso presente, essa estratégia é ineficiente para viabilizar a segurança como convivência pacífica dos indivíduos, rica de possibilidades, assegurada pelo respeito aos direitos fundamentais. Premissa inserida pela Constituição Federal de 1988, que delineou a segurança como direito de todo cidadão, essencial para seu desenvolvimento biopsicossocial.

Nesse sentido a CONSEG pode ser um instrumento de reflexão para induzir políticas sociais nessa área com transparência, alargando o conceito de segurança como direito que se interconecta com a saúde, a educação, o planejamento urbano, o combate às

desigualdades sociais ligadas a renda e aos preconceitos raciais, de gênero, étnico, geracional e de orientação sexual.

Os eixos temáticos que orientaram a discussão nos dias 21 e 22 de maio apontaram para uma agenda política, que de forma integrada pode avançar em uma cultura de gestão democrática difundida em amplos setores da sociedade. Mais de 200 cidadãos debateram os seguintes temas: 1- gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo; 2- financiamento e gestão da política pública de segurança; 3- valorização profissional e otimização das condições de trabalho; 4- repressão qualificada da criminalidade; 5- prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz; 6- diretrizes para o sistema penitenciário; 7- diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes.

Nesse exercício de intercâmbios de informações, os atores sociais e instituições representadas puderam avaliar o Texto-Base da CONSEG, tendo contribuído para a problematização das principais vertentes da política nacional de segurança pública com cidadania, além de lançar diretrizes para serem debatidas em âmbito do Estado de São Paulo e representar as demandas de seus cidadãos em nível nacional em Brasília, entre os dias 27 e 30 de agosto de 2009. Mesmo sendo uma cartografia em construção com muitos territórios a serem multiplicados, sinaliza-se um processo de horizontalização do poder, de debate permanente e participativo, que a universidade cultiva para o fortalecimento das redes sociais de promoção dos Direitos Humanos e de uma cultura de paz com a participação consciente de todos os cidadãos.

Bóris Ribeiro de Magalhães
Doutorando em Ciências Sociais da UNESP de Marília.
borisrml@hotmail.com

Thiago Teixeira Sabatine.
Mestrando em Ciências Sociais da UNESP de Marília.
thiagosabatine@hotmail.com

Relato de Experiência - Recebido em 23 de maio de 2009.